

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 918.418 MINAS GERAIS

RELATOR : **MIN. ROBERTO BARROSO**
RECTE.(S) : **MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO**
RECTE.(S) : **IPSEM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS**
SERVIDORES MUNICIPAIS DE PATROCÍNIO
RECTE.(S) : **DAEPA - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**
DE PATROCÍNIO
ADV.(A/S) : **KAROLINE WELLEN DE CARVALHO E OUTRO(A/S)**
RECDO.(A/S) : **SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO**
PÚBLICO MUNICIPAL DE PATROCÍNIO -
SINTRASPPA
ADV.(A/S) : **PAULO HUMBERTO CAMPOS**

DECISÃO:

Trata-se de agravo cujo objeto é decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Veja-se o seguinte trecho de ementa:

“REEXAME NECESSÁRIO. RECURSO VOLUNTÁRIO. ORDINÁRIA. SINTRASPPA. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. ARTIGOS 578 E SEQUENTES DA CLT. SERVIDORES PÚBLICOS. MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO. DAEPA. IPSEM. REPASSE. EXERCÍCIOS DE 2011 E 2012. CABIMENTO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICE. AJUSTE. IPCA”.

A pretensão não merece acolhida. Sobre a matéria em questão, a Corte tem se orientado no sentido de que a contribuição sindical é devida pelos servidores públicos, independentemente da existência de lei específica regulamentando a instituição. Confirmam-se os seguintes precedentes:

“CONSTITUCIONAL. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL.

ARE 918418 / MG

SERVIDORES PÚBLICOS. Art. 8º, IV, da Constituição Federal.

II. – A contribuição sindical instituída pelo art. 8º, IV, da Constituição Federal constitui norma dotada de auto-aplicabilidade, não dependendo, para ser cobrada, de lei integrativa.

II. – Compete aos sindicatos de servidores públicos a cobrança da contribuição legal, independentemente de lei regulamentadora específica.

III. - Agravo não provido.” (AI 456.634-AgR, Rel. Min. Carlos Velloso).

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO – CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CF, ART. 8º, IV, IN FINE) – SERVIDOR PÚBLICO –EXIGIBILIDADE – PRETENDIDA IMPOSIÇÃO DE MULTA –AUSÊNCIA DE INTUITO PROCRASTINATÓRIO – ATITUDE MALICIOSA QUE NÃO SE PRESUME – INAPLICABILIDADE DO ART. 18 E DO § 2º DO ART. 557 DO CPC – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.

- A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal consagrou entendimento no sentido de que se revela exigível dos servidores públicos civis a contribuição sindical prevista no art. 8º, IV, in fine, da Constituição. Precedentes.

-A mera circunstância de a parte recorrente deduzir recurso de agravo não basta, só por si, para autorizar a formulação de um juízo de desrespeito ao princípio da lealdade processual.

É que não se presume o caráter malicioso, procrastinatório ou fraudulento da conduta processual da parte que recorre, salvo se se demonstrar, quanto a ela, de modo inequívoco, que houve abuso do direito de recorrer. Comprovação inexistente, na espécie.” (RE 413.080-AgR, Rel. Min. Celso de Mello).

O acórdão recorrido não divergiu dessa orientação.

Diante do exposto, com base no art. 544, § 4º, II, *b*, do CPC e no art.

ARE 918418 / MG

21, § 1º, do RI/STF, conheço do agravo e nego seguimento ao recurso extraordinário.

Publique-se.

Brasília, 05 de outubro de 2015.

Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO
Relator